

A constituição da cultura pela fala como projeto de expressão coletiva no romance: achados e entraves da teoria e um breve passeio pelos narradores de Patrick Chamoiseau e Luiz Ruffato

Prof. Dr. Geraldo Ramos Pontes Juniorⁱ (UERJ)

Resumo:

A questão do “dizer o outro” na estética literária conforme as diferenças concebidas pela crítica da cultura hoje. Da fala que diria o inconsciente, antes do sujeito, como apanágio de uma perspectiva que transcende toda cultura, à revisão da mesma através da posição ideológica e/ou política de um autor, em sua lida com a representação do outro e do coletivo, como retorno aos interesses sociológicos mais aptos a fustigar a existência do texto literário no apogeu da cultura e tecnologia comunicativa de massa em que vivemos, além de suas distintas formas de representação.

Palavras-chave: literatura e cultura; sujeito e coletivo; literatura contemporânea

1 Introdução

Como a teoria crítica pode relacionar alguma produção literária a projetos que podem dar conta de explicar aspectos ou mesmo a totalidade da cultura em alguns momentos foi a ideia de que partiu a hipótese deste trabalho. A construção do argumento teórico interessava mais que a análise de obras em que, pode-se dizer, figuram mediações do social através de uma suposta legitimidade de dar voz ou enunciação ao outro para legitimar suas representações do coletivo. A observação da crítica de Stuart Hall, suas revisões do compromisso dos estudos culturais com a relação do sujeito e da cultura levam-me a argumentar aspectos importantes para isso. Ao assumir que não há “‘inícios absolutos’ e poucas são as continuidades inquebrantadas”, recuperando no deslocamento de pressupostos de correntes de pensamento anteriores os elementos velhos que, juntamente com os novos, “são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas”ⁱⁱ, o autor reafirma a seriedade do papel da teoria.

Em sua defesa da vertente acadêmica dos Estudos Culturais, Hall decodifica questões de variada ordem, desde as dissensões no seio da New Left Review a problemas de método como desafio teórico a resolver. A revista se transformava, em sua base marxista, em direção a concepções mais gramscianas para dar conta da pluralidade do sujeito contemporâneo inserido na redefinição da cultura ocidental – e, por que não dizer, global. Entre os problemas, estaria o de várias impurezas que rondam o uso do conceito do pós-colonial, tão caro à formação do sujeito na modernidade tardia, pela ambiguidade que o termo “pós” traz ao não esclarecer se existe periodização cronológica ou epistemológica em seu bojo. Outro problema daí decorrente é o de não se saber até que ponto estão redefinidos os papéis de ex-colonizado e ex-colonizador, se se trata de haver clara estabilidade no campo do antagonismo político que, segundo Hall, não se daria ao menos a partir de tais binarismos. Mas lembra que essas imprecisões são pertinentes a fatos históricos aberrantes, remetendo à Guerra do Golfo, que teria sido um clássico evento “pós-colonial”, vez que testemunhou duas crises: a da luta inconclusa pela ‘descolonização’ e a do estado pós-independênciaⁱⁱⁱ.

A inserção na modernidade dos países africanos, asiáticos, latino-americanos, antes ditos periféricos, tem como complicadores históricos e antropológicos discussões dessa natureza, ainda mais que o diálogo de culturas estabelecido pelo texto literário contemporâneo, diante de um mercado e um campo mediado frequentemente pela tradução do sujeito pós-colonial no mundo globalizado, testemunha fatores determinantes com a produção de textos em língua e campos

situados no supostamente antigo “centro” da colonização. O que nos remete à mesma questão que Hall identifica nas crises acima apontadas.

2 Comparativismos

Nos autores que cito nesta proposta, temos questões históricas distintas em função de seus **sistemas** propostos para a comparação. De início, para efeitos de historização, há uma diferença patente entre a literatura brasileira, surgida como literatura nacional, entre as latino-americanas, ao se estabelecer dialogando com a tradição europeia na busca de sua particularidade, e as literaturas hoje estudadas como pós-coloniais, que se estabeleceram graças à intermediação dominante na língua pós-colonial, opondo-se essencialmente a sua hegemonia cultural, mas passando a se inserir, na visão de alguns críticos, no **campo literário** dessa língua. A questão do Caribe francês é particularmente curiosa porque são departamentos franceses (como estados em uma federação) e fazem parte da nação. Mas suas literaturas se rotulam, ainda hoje, como francófonas, ou todas as que não são “francesas”, em clara menção à dependência de todas essas produções do sistema literário e editorial francês que circula na Europa, e de ausência de um **sistema** local suficiente. Nesse último caso, as literaturas dos descolonizados exercem um papel de ampliação do **campo literário** francês, e talvez acabe estabelecendo relações inovadoras que as nacionais não estabelecem.

Legítima a comparação da literatura brasileira com as demais manifestações literárias referidas a ideia de que há “um recorte nacional muito forte”^{iv} na nossa produção crítica, e que o mesmo ainda centra a discussão no conceito de nacional como “entidade una e autônoma”^v. Quando as obras apresentam dinâmicas de discussão de questões muito distintas, vale lançar mão da empreitada comparatista para compreender que “movimentos e tendências surgidos em um país ou área linguística têm correlação com outros muito mais amplos que atingem regiões da América e mais particularmente da América Latina”^{vi}. Assim, haveria países que estão no Ocidente sem ser dele, conforme C.L.R. James caracterizou o Caribe^{vii}. Talvez se possa também distinguir em vários aspectos o Ocidente que representa o Japão em um conjunto oriental. É o que Hall entende como as distintas formações sociais e raciais que diferem o sentido de serem pós-coloniais o Canadá ou a Austrália da Índia e da Jamaica, por exemplo. Ou o que Glissant entende como as diferentes divisões culturais das Américas, em que resultou a criouliização, como no caso do Nordeste do Brasil, Cuba, o Caribe francês, o sul dos EUA (que seriam a Neo-América); mas não no caso da Argentina, Chile e sul do Brasil, que seriam a Euro-América; ou a América de forte influência atávica, ou Meso-América andina, mexicana, entre outros, para nos determos apenas nos casos latinos.

Voltando à proposta, a adequação do pós-colonial a uma discussão universalizante preocupa o autor. A impossibilidade de se retornar a algo anterior ao transculturalismo decorrente das colonizações opera em todo canto, fazendo-se invalidar o binarismo dos discursos que tiveram uma importância a um primeiro momento, como o da negritude, na luta anticolonial. Mas eles passam da diferença, segundo Hall, para a *différance*, importando o conceito de Derrida: mudança que “nos obriga a reler os binarismos como formas de transculturação, de tradução cultural, destinadas a perturbar para sempre os binarismos culturais do tipo aqui/lá”^{viii}. Dupla inscrição, ruptura do binarismo dentro/fora, do valor das grandes narrativas centradas em conceitos tais como nação / fundação. Poderíamos opor a tal aspecto o de uma narrativa como “amplo evento de ruptura histórico-mundial”^{ix}. Sem cair em um tempo europeu, isso rompe com a periodização de época para entender diferentes processos culturais que não se dão, conforme conceito glissantiano aqui destacado, de maneira hegemônica, fora do eixo obrigatório do global para o do local.

Inúmeros são os paralelos possíveis entre Stuart Hall e o pensador martinicano recentemente morto, Edouard Glissant. A recorrência de ambos a conceitos de autores pós-estruturalistas também

aproximam-nos do ensaio de Silviano Santiago, remontando a *Uma literatura nos trópicos*, até seus textos mais recentes, para o estabelecimento de um parâmetro descentrado de pensamento cultural. O conceito derridiano de *différance* é caro tanto a Hall quanto a Santiago, assim como o deleuziano, de rizoma, a Glissant. Assim sendo, o que mais uniria esses autores aqui seria o termo comum de referência teórica ao discutirem a questão identitária que perpassa a inserção periférica, como culturas pós-coloniais, em legítimas discussões do sujeito. E, mais ainda, para dar conta do difícil processo de ler o conjunto maior de expressão desse sujeito nessas literaturas, preocupação teórico-metodológica deste simpósio.

Já problematizávamos de início, na proposta do resumo, que a questão do “dizer o outro” na estética literária poderia não ser um problema conceitual se partíssemos ainda do pressuposto herdado da psicanálise freudiana-lacaniana, segundo o qual, o sujeito é necessariamente falado pelo outro. Emanando do inconsciente, a fala diria o simbólico, antes do sujeito. Apanágio de uma perspectiva que transcende toda cultura, haveria nessa concepção apenas “a” cultura, produto do irreduzível antropológico preponderante, a proibição do incesto. O problema dos universais na sucessão de métodos, do estruturalismo ao pós, foi bastante revisto pela ótica derridiana do descentramento. Já no anti-historicismo estruturalista, anulava-se de tal maneira a questão do sentido atrelado a origem, significado, verdade, em proveito de um pensamento que codificava todos os sentidos em matrizes universalizantes, o que vinha a ser um sério redutor. Afinal, lembrando Glissant, o universalismo do colonizador francês se calcava na superioridade de uma cultura, por ele imposta, que transcende aquela que ele quer dominar por se firmar na base humanista clássica universalista; e por ignorar o outro centrado em que se encontrava o povo visto, assim, como bárbaro – e passível de se colonizar.

O estruturalismo conjugou-se também com algumas orientações culturalistas, segundo Hall, por haver ainda privilegiado, através de seu universalismo, a anulação de diferenciações relativas à enunciação de sujeitos capazes de representar subjetividades distintas das que se encerravam na tipologia das sociedades modernas. A afirmação do significante como núcleo de decodificação dos sentidos rondava já a ciência de Lévi-Strauss, tendo sido consagrada por Lacan e revista por Derrida, assegurando esta postura teórica em relação à história das culturas. Ler o autor pós-colonial em meio a sua luta de emancipação racial, de classe e outros se dificultava por esse caminho. Afora isso, no estudo da constituição da cultura a partir das relações de parentesco e interdição do incesto, de mitos e construtos imaginários à maneira de máquinas sem referente e impermeáveis a fatores externos, não haveria talvez o sujeito muito além de outros irreduzíveis de gênero, como o feminino e o masculino, extensivos ao paterno e materno, peças centrais na questão edipiana e da compreensão mais clássica do objeto do desejo. Essa lógica se investiria de uma anulação das diferenças concebidas pela crítica da cultura hoje. Citemos Hall:

[...] a teoria do discurso, por intermédio dos conceitos freudianos do inconsciente e dos conceitos lacanianos de como os sujeitos são constituídos na linguagem (pela entrada no Simbólico e na Lei da Cultura). Restaura o sujeito **descentrado**, o sujeito contraditório, como um conjunto de posições na linguagem e no conhecimento, a partir do qual a cultura pode ser enunciada. Essa abordagem identifica claramente uma lacuna, não apenas no estruturalismo mas no próprio marxismo. O problema é que a conceitualização desse “sujeito” da cultura tem um caráter transistórico e “universal”: ela aborda o sujeito em geral, não os sujeitos sociais historicamente determinados, ou linguagens específicas socialmente determinadas. (HALL, 2003, P. 154).

A posição ideológica e/ou política de um autor, em sua lida com a representação do outro e do coletivo, insere a leitura em um campo de crítica que retorna aos interesses sociológicos mais aptos a fustigar a existência do texto literário no apogeu da cultura e tecnologia comunicativa de massa em que vivemos, além de suas distintas formas de representação. Se esses interesses enveredam pelo sociológico, distanciam-se das análises sociológicas da literatura, vertente

goldmaniana e lukacsiana, já que não há um perfeito encaixe entre as mesmas, de base marxista, e os estudos culturais, conforme o próprio Hall anuncia^x. E não deixam de apagar a questão do sujeito desejante, que retornaria à pauta sociológica pelo viés das discussões de gênero e representações de identidades, ou do autor como intérprete de coletivos em suas relações com o “transnacional”, ainda mais se pensarmos em novas subjetividades que começaram a por em questão a psicanálise baseada na família freudiana, por um lado da questão, ou na autoria de escritores centrados em uma identidade linguística e nacional. E em países de culturas exclusivamente atávicas, consequentemente.

As novas facetas do desejo e da identidade não se limitam a questões de gênero. Outras legitimações culturais se impõem no diálogo do autor com a sociedade, ampliando o horizonte do coletivo e do(s) outro(s), diante da força do discurso midiático que mais serve, talvez, para limitar esse horizonte. Se essa é uma discussão que preocupa Stuart Hall (2003) e, em outros aspectos, Edouard Glissant (1991), ou ainda Patrick Chamoiseau et alii (1989), ela perpassa projetos editoriais de Luiz Ruffato, quando o autor mineiro organiza antologias que se legitimam ao se originarem de autores que representam genuinamente a fala ficcionalizada, ou quando usa um artifício de “anulação” da identidade do narrador para atribuir autenticidade ao relato de um que supostamente viveu o fato narrado, entre outros aspectos. Já no martiniquense Patrick Chamoiseau, trata-se de pensar a condição desconfortável da autoria literária e a estratégia da oralidade, no relato do outro e na aproximação com a cultura popular, como formas de mediar a autenticidade da produção da literatura, mantida no campo erudito francês metropolitano, com a crioulidade antilhana, fenômeno cultural ainda restrito ao “cidadão” antilhano, no âmbito nacional, como cultura francófona (ultramarina). Em síntese, abordarei algumas dessas nos autores aqui propostos.

3 Enunciações

3.1 - Patrick Chamoiseau

A relação do narrador de Chamoiseau com a oralidade, a diglossia nas Antilhas francesas e a transcrição do sotaque antilhano no francês escrito se lê como estratégia de incorporação da totalidade da cultura antilhana no conjunto literário. Da passagem de uma literatura preocupada com a questão da negritude, como uma questão coletiva, em Aimé Césaire, epígono da descolonização literária das Antilhas, à criação de uma ficção includente da totalidade, nas gerações seguintes, mormente a partir da ficção de Edouard Glissant, o premiado pelo Goncourt, Chamoiseau parece pretender radicalizar esse papel de escriba do que ainda está à margem de um processo cultural que, ainda que nas margens, configura-se hegemônico.

Em romances como *Chronique des sept misères* e *Solibo Magnifique*, o personagem narrador, escritor do relato, é visto pelas personagens que vivem a história, como assim se as representa, como um marcador de falas (*marqueur de paroles*). E por isso é instado a escrever sobre os fatos que dão a configuração da narrativa. Essa segue a lógica da fala, que passa a ser transcrita, e configura, como em *Texaco*, terceiro romance nessa ordem, a ampliação do sujeito em um nós, poque incluído no coletivo para além das histórias consagradas heroicamente, dos resistentes à colonização (como na obra de Glissant), ampliando a ideia do todo social e cultural. O romance *Solibo Magnifique* é particularmente obtuso para um leitor francês comum ao se transcrever no mesmo a pronúncia antilhana e a diglossia com o créole de maneira bem mais constante que em quase toda literatura antilhana. Em *Texaco*, com o qual foi premiado pelo Goncourt, Chamoiseau trabalhou com uma estrutura mais estanques, separando na medida do possível as enunciações / registros linguísticos, para tornar-se inteligível ao leitor comum. O romance insere-se no filão das discussões de identidades pós-coloniais, desenvolvidas em linha histórica nas Antilhas Francesas. Tangencia as escritas ficcionais de até então na ainda breve tradição antilhana, onde passa a nova referência geracional juntamente com outros escritores. Do esforço de formalizar, em concepção

literária, a concepção da vida em um testemunho à margem da história da Martinica, especula a temática inventando personagem e cronologia histórica do país conforme o estágio dos espaços urbanos desde a colonização até o momento da enunciação.

A incorporação da “favela” à cidade, no apagamento da figura do antagonista da assimilação europeia, tematiza-se na obra *Texaco*, mediando o debate da paradoxal representação do que vive a experiência da periferia, ao se construir como enunciação mais próxima da forma canônica dessa representação. O relato de Marie-Sophie Laborieux, mulher que teve um percurso muito incomum para se inscrever como cidadã, cria uma instância discursiva ambivalente por se tratar da organização de suas longas entrevistas ao narrador, e pelo fato de a ficção daí resultante estar entremeadada dos seus diários (igualmente ficcionais, supõe-se). Ao final, entregues ao narrador, teriam configurado a narrativa de *Texaco*, e inscrito, na ficção, o legado do bairro periférico homônimo, de onde se havia retirado a companhia petrolífera americana que lhe deixara apenas o nome, e que, ocupado por uma população de sem teto, à margem da cidade, foi sempre alvo das empreitadas de expulsão, repressão, até o surgimento de um projeto de devastação para novo planejamento urbano do espaço cobiçado.

O narrador não participa da intriga, a não ser do fato de que a intriga também é organizar o relato de *Texaco*, que ele empreende. Dá voz a essa personagem, realçando-lhe o testemunho local ao criar uma superposição de escritas com citações de seu diário, que renova a relação entre o passado e o presente histórico e literário. Em pano de fundo, Marie-Sophie está com a palavra para contar sua história a um urbanista que chega para demolir as construções de *Texaco*. De forma que institui esse último personagem como duplo do leitor, uma vez que, ali onde não existe história, passará a existir a sua.

Marie-Sophie passa por diferentes épocas, evocadas pela memória de seu pai, incluindo o fato de que esse ex-escravo, liberto por ter salvado a vida de seu antigo senhor e que vivia de pequenos afazeres, havia sustentado que a libertação resultante da revolta também era um feito seu e de outros indivíduos não heróicos, diante dos *nègres-marrons*, os fugitivos que resistiram heroicamente à opressão colonial e se rebelaram em 22 de maio de 1848. Sua origem de descendentes de ex-escravos e ainda não investidos de cidadania, excluídos de todo processo em que cada grupo da população fez bem ou mal sua inserção na sociedade – inclusive os resistentes de quilombos (ou do *marronnage*) e outros – levava a protagonista a viver em *Texaco*. Depois de começar a ver se habitar o bairro, por outros sem teto, de tanto resistir às tentativas de expulsão – história local –, ajuda a fundá-lo. Se seu relato segue a tradicional história da conquista de *l'En ville* (a cidade e o que representa para os negros afastados da mesma, pelo processo colonial, o movimento de ocupá-la para passar a existir), o bairro em questão é que deixa de ser periférico e se torna um espaço que se comunica com a cidade – processo histórico diferente dos que descrevem a inserção dos de fora na cidade. Marie-Sophie deve levar a cabo esse projeto para persuadir o urbanista como pretexto para a outra narrativa funcionar: a que relata ao marcador de falas.

A posição do narrador o torna um duplo de Marie-Sophie por tecer a continuidade narrativa com o fio da história particular da protagonista, ou seja, a incorporação e diálogo com seus diários. E faz com que, no âmbito dos fatos históricos, para além de um tempo linear para todos, coexista uma temporalidade caótica na vivência pós-colonial dos destinos individuais. Processo que testemunha para além da estratégia do dialogismo, em *Texaco*, seu efeito mais evidente é o abandono da História, com maiúscula: sob sua égide, o narrador não poderia obter o relato sem limitações da protagonista. Assim, se o quadro do paratexto histórico – que antecede o episódio da **Anunciação** - poderia sugerir sua necessidade ao leitor, na sucessão das páginas que abrem o romance, como referencialidade importante que a obra concretizaria à risca em forma de ficção, a citação dos diários apela para que a escrita adentre o mecanismo das histórias de cada, permitindo, assim, a conservação do imaginário da diversidade.

Entre a suposta apropriação, pelo narrador extradiegético, dos diários, e a alternância desses textos na narrativa, que ora se assume como dela, ora como do narrador extradiegético, ocorre uma configuração de proporções simbólicas a respeito da própria literatura antilhana: legitimação

ficcional que apresenta, para tal, um *ethos* (aquilo que, segundo Maingueneau se constrói através do discurso, e não como imagem exterior do escritor / à fala), como processo de persuasão do leitor. O narrador, desdobramento do escritor, traça com esse *ethos* a pluralidade / heterogeneidade de nuances da cartografia de dois sujeitos diferentes: a mulher paradoxalmente pouco instruída e um escritor que universaliza o particular da cena que reconstitui. Os lugares se misturam na enunciação para torná-la ambivalente por efeito da mescla do testemunho individual com aquilo que pode transcendê-lo pela escrita.

3.2 – Luiz Ruffato

Ousaria aproximar aqui o autor mineiro em questão com o antilhano pelo fato de haver uma representação da totalidade na ficção brasileira que diz respeito à pluralidade de subjetividades, distinguindo-se, quiçás apenas nominalmente, do sujeito pós-colonial chamoiseano, já que, sempre citando Hall, a história moderna do Ocidente é a história da colonização. E pelo fato que a História do Brasil também é uma história pós-colonial, assim como a de sua literatura. Deixando esse debate de lado, a relação do escritor mineiro com a expressão de diferentes vozes na literatura brasileira pode ser vista no seu trabalho de organizador de antologias de questões identitárias: *Entre nós*, que reúne contos com temática homossexual; *Questão de pele: contos sobre preconceito racial* (ambos da Coleção Língua Franca, da editora Língua Geral); ou ainda *+30 mulheres que estão fazendo a nova literatura brasileira*, da editora Record. Em entrevista postada pela editora Cia das Letras, o autor declara-se incapaz de escrever no lugar de, convergindo assim com o entendimento de Edouard Glissant sobre a opacidade que deve manter a autoria que enuncia a fala. Na introdução dos dois primeiros livros citados, para a representação de subjetividades em pauta nas novas discussões identitárias, Ruffato menciona a escolha de autores significativos para o tema do homossexualismo, que entende como “tabu na civilização letrada ocidental a partir do advento e consolidação do cristianismo – ou talvez de uma leitura fundamentalista do monumento literário que é a Bíblia”. Sua concepção a respeito do trabalho do escritor é a de um “analista privilegiado da História (que) é a de que restitui à sociedade a verdade da ficção: a realidade desagrilhoada da hipocrisia”^{xi}.

Como romancista, em *Eles eram muitos cavalos*, os fragmentos de fala do cotidiano a que sua escrita dá vida se restituem de flashes, de situações limite de indivíduos que não estão incluídos em condições mínimas de cidadania e que não encontram saídas, de forma que o apagamento do sujeito no coletivo obedece agora a outra lógica. E fica sugerido pela falta de inserção do narrador que coleta fluxos da consciência, fragmentos de diálogo, arremates instantâneos das situações e a passagem de um fragmento a outro sem elo em um conjunto problemático. Em *Estive em Lisboa*, há um processo de fingimento do narrador para dar voz à personagem, ou seja, rompendo com o pacto da opacidade. Uma nota precede o texto forjando o valor documental do mesmo ao apresentar a identidade da personagem e as datas do depoimento. Serginho, narrando sua tentativa de parar de fumar, data, de então, o início do périplo até o momento em que voltou a fumar, como imigrante, em Portugal. Dando a voz a esse imigrante, o autor vai fazer uma análise interessante da pobreza atávica que faz com que o mineiro que não consiga dar a volta por cima e pardia de alguma sorte o exílio do escritor brasileiro no romantismo, como já comentei em trabalho apresentado no X Congresso JALLA. O narrador **testemunha** a falta de saídas do refugio social, posicionando-se ao descrever, como o faz, a ingenuidade de Serginho.

Ambos os escritos são pertinentes ao *Inferno provisório*. A respeito desta, em depoimento ao Estado de Minas, em 2006, Ruffato comenta que a sociedade brasileira contemporânea é fruto de sucessivos movimentos que nunca levaram em conta o indivíduo, o cidadão; realidade da classe média baixa brasileira, do trabalhador, do proletariado; destaca o processo de migração do interior rural mineiro para as cidades industriais de Minas e de São Paulo. Sua familiaridade com a questão pode ser ratificada pela autodefinição:

Eu sou o negativo do estereótipo do escritor brasileiro, branco, classe média, bem-educado. Minha mãe era analfabeta, meu pai semi-analfabeto. Eu sou formado em tornearia-mecânica e exerci, ao longo da minha vida, as mais diversas profissões, desde pipoqueiro a vendedor de livros ambulante, de balconista a gerente de lanchonete. E acredito que essa experiência, incomum entre os intelectuais brasileiros, eu a trago para dentro da minha literatura. (SANGLARD, 2006)

Ressalta que difere dos escritores que vieram de origem humilde ao não ter querido esquecer seu passado naquilo que tematiza. E legitima-se como quem fala do próprio meio sobre o que fala: “Vem daí que o que está retratado em meus livros. De certa maneira, são frutos da minha vivência” (SANGLARD, 2006). Mas vê como amadurecimento da própria narrativa a evolução do apagamento do sujeito, e não do autor, ao mostrar que “no primeiro volume, ainda pertencem a um espaço e tempo determinados, são passíveis de reconhecimento por nomes e sobrenomes” (SANGLARD, 2006). Posteriormente, com o apagamento das referências de tempo e espaço apaga-se igualmente a subjetividade. Logo, se tem uma inserção supostamente autêntica que o legitima falar do lugar de autor, não investe precisamente na afirmação do sujeito, segundo o que daqui se depreende. E declara que adota uma forma na pentalogia contra o estatuto do romance burguês:

A forma precária (que não pode ser identificada como “romance” nos padrões estéticos tradicionais, mas que também não é uma coletânea de contos) é uma tentativa de reconstruir, na ficção, a precariedade da própria sociedade brasileira, na qual tudo ainda está por fazer. (SANGLARD, 2006)

Quando indagado sobre a relação de seu processo de escrita e o fato que as contradições sociais brasileiras que já datam de mais de 50 anos estão vindo à tona com um grande peso, declara que “A nossa história é a história da violência”:

Desde quando os portugueses chegaram ao Brasil, submetendo os índios à força, e mais tarde, com a introdução da escravatura na lavoura, a violência é parte do cotidiano brasileiro. Mas, enquanto essa violência esteve nos guetos pobres do campos e das cidades, cultivamos a imagem do brasileiro cordial, cordato, pacífico. Ora, fomos submetidos à ditadura em toda a nossa história. Praticamente todo o século 19 sob o Império, depois sob a ditadura positivista da República Velha, depois sob Getúlio Vargas, depois sob os militares. Ou seja, respiramos no Brasil os ares da violência e do autoritarismo. Ousado e arriscado é ser pobre no Brasil. (SANGLARD, 2006)

Mais que a questão das diversidades, existe a escolha ou a discriminação de um status que o escritor vê no povo brasileiro para determinar essa outridade.

Conclusão

Desde a questão feminista na emancipação cultural do sujeito, assim como a do movimento negro e outros, tem-se que a proposição do pessoal como político reorientou a narrativa das vidas como afirmação dos sujeitos quanto mais se afirma uma história de apagamento das identidades. Se projetos editoriais confirmam isso, por um lado, entende-se, pelos mesmos, que a produção literária apresenta um quadro negativo, do apagamento do sujeito das classes subalternas conforme lido pelo escritor que faz a mediação do mesmo com o público letrado e culto, e no quadro afirmativo (mais que positivo), os sujeitos que afirmam suas subjetividades na inserção no campo da cultura. Trabalho que faz com que o escritor ora obedeça à opacidade, dando voz ao outro, ora busque mecanismos para o fingimento da voz do outro, inserindo, uma vez ou outra, sua discreta análise

social – a restituição da verdade pela ficção à sociedade. Ao mesmo tempo que Ruffato obedece assim à questão da opacidade, encara a realidade hoje de maneira que impossibilita a configuração do todo ao idealizar suas personagens enquanto que Chamoiseau ainda tem um projeto de totalização, mesmo que com relativa segregação que só não se dá na língua crioula, instrumento de porosidade. Os estudos culturais propõem-se a destrinchar ainda questões ideológicas no papel da literatura de analisar a sociedade, na contribuição de uma crítica do sujeito – desde a revisão das correntes pós-estruturalistas e pós-marxistas, em função do problema do antihistoricismo das primeiras e do modelo excludente das subjetividades das segundas, a caminho, talvez de um diálogo com as correntes da Nova História, em que as histórias individuais, a memória passam a contar como objeto privilegiado. Redimensionar a ideia do todo, a partir desse objeto mais fragmentário e precário, para ir em direção da legitimação de um conceito menos disperso de cultura, este o caminho da literatura e das artes como conhecimento do sujeito.

Os autores fazem sentir em suas obras a hesitação entre o estatuto ficcional de seus textos e a atração por exercerem no seio da cultura literária em que negociam sua inserção / consagração (como autores premiados) os papéis de mediação do refugio social, indivíduos não adaptados aos mecanismos hegemônicos de funcionamento das instituições sociais, à lógica que rege o trabalho e o capital, e que esmaecem em meio a perdas afetivas e da própria integridade ou que reagem em movimentos de minorias para afrontar ao que a exclusão tem de padronizadora ou uniformizadora. Na escrita desses romancistas, da representação e reflexão acerca do refugio social à hipótese do alcance da totalidade como problematização mais ampla da cultura, do seu momento, ampliando um horizonte por dissensão das relações previsíveis, nota-se a dramatização de um projeto: a escrita como fragmento, falta de alinhavo que os testemunhos trazem, procurando refazer lacunas de uma memória do presente atormentado.

Referências Bibliográficas

CHAMOISEAU, Patrick. *Chronique des sept misères*. Paris: Gallimard, 1986.

-----, *Solibo Magnifique*. Paris: Gallimard, 1988.

-----, *Texaco*. Paris: Gallimard, 1992.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Solvik. Trad.: Adelaine Laguardia Resende et alii. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

MERQUIOR, J. G. *De Praga a Paris*. O surgimento, a mudança e a dissolução da ideia estruturalista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

RUFFATO, Luiz. *Eles eram muitos cavalos*. São Paulo: Boitempo, 2001.

-----, (org.) *Entre nós*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.

-----, *Estive em Lisboa e lembrei de você*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

-----, *Questão de pele: contos sobre preconceito racial*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009.

SANGLARD, Jorge. Vista parcial da noite. Entrevista de Luiz Ruffato a Jorge Sanglard, de 12/11/2006. Acessada em 01/06/2010 – em <http://www.cronopios.com.br/site/artigos.asp?id=1923>

ⁱ Geraldo Ramos PONTES JUNIOR, Doutor em Literatura Brasileira. Universidade do Estado do Rio de Janeiro

(UERJ). Instituto de Letras. Email: geraldo.pontes@uol.com.br.

ⁱⁱ HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p.131.

ⁱⁱⁱ Vide a respeito, o ensaio Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. p.101-128.

^{iv} Figueiredo, Eurídice. *Representações de etnicidade: perspectivas interamericanas de literatura e cultura*. Rio: 7Letras, 2010, p. 19.

^v Miranda, Wander M. Em ensaio publicado na revista nº 4 da ABRALIC, citado por Eurídice Figueiredo na referência anterior.

^{vi} Figueiredo, E. Op. cit., p.19.

^{vii} Apud Hall, op. cit. p. 107.

^{viii} Idem, p. 109.

^{ix} Idem, p. 112.

^x Idem, p. 203.

^{xi} Ruffato, L. (org.) *Entre nós*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007, p.13.